

1º SIMULADO

TJ AP



Estratégia
Carreira Jurídica

1º Simulado Especial

1º Simulado TJAP

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJAP;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJAP-25-07-20>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

01. Sobre a personalidade e a capacidade civil, marque a alternativa CORRETA:

- a) O Direito Civil prevê casos de perda da personalidade da pessoa natural em vida, como nas hipóteses do art. 15 da Constituição Federal, quando são suspensos os direitos políticos daquele que se recusa a cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- b) A única hipótese de incapacidade absoluta atualmente prevista no direito brasileiro é a do menor de 16 anos.
- c) Sobre o início da personalidade da pessoa natural, há consenso doutrinário e jurisprudencial de que ocorre com o surgimento da vida viável, o que ocorre com a nidação.
- d) Chama-se capacidade de fato, a aptidão genérica oriunda da personalidade para ser titular de direitos e obrigações.
- e) Capacidade de direito é a aptidão para exercer os direitos plenamente por si mesmo.

02. O contrato de locação pode ser classificado como:

- a) Unilateral; oneroso; real; de execução imediata; impessoal.
- b) Bilateral; oneroso; real; de execução fracionada; *intuitu personae*.
- c) Unilateral; oneroso; real; de execução continuada; impessoal.
- d) Bilateral; oneroso; consensual; de execução continuada; *intuitu personae*.
- e) Bilateral; oneroso; real; de execução fracionada; *intuitu personae*.

03. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade. Sobre a tomada de decisão apoiada, marque a alternativa ERRADA.

- a) Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.
- b) O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo.
- c) Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.
- d) A decisão tomada por pessoa apoiada não terá validade e efeitos sobre terceiros, nem restrições, se não estiver inserida nos limites do apoio acordado.
- e) Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial não pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, uma vez que não são os apoiadores os titulares da relação jurídica que se forma.

04. Na tomada de decisão apoiada:

- a) Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.
- b) O apoiador não poderá ser destituído, mesmo se houver denúncia procedente de negligência.
- c) O apoio é *munus publico*, portanto não pode ser recusado pelo apoiador.
- d) A tomada de decisão apoiada, como não implica necessariamente administração de patrimônio alheio, não está sujeita a prestação de contas como na tutela.
- e) Na tomada de decisão apoiada, a incapacidade relativa torna-se absoluta se o apoio não for concedido ou não for concedido nos termos inicialmente previstos no acordo de apoio.

05. O Código Civil estabelece que os vícios ocultos dão ensejo ao desfazimento do contrato ou abatimento do preço. São requisitos, para tanto, que o defeito seja:

- a) ostensivo; conhecido para o adquirente; contemporâneo à alienação; fútil; identificado em contratos aleatórios.
- b) não ostensivo; conhecido para o adquirente; contemporâneo à entrega da coisa; grave; identificado em contratos comutativos.
- c) ostensivo; desconhecido para o adquirente; contemporâneo à entrega da coisa; grave; identificado em contratos comutativos.
- d) não ostensivo; desconhecido para o adquirente; contemporâneo à alienação; grave; identificado em contratos comutativos.
- e) ostensivo; desconhecido para o adquirente; contemporâneo à alienação; fútil; identificado em contratos aleatórios.

06. São princípios que informam o regime de bens do casamento ou da união estável:

- (I) Liberdade: o regime de bens é resultado da opção livre do casal;
- (II) Variedade de regimes: o sistema proporciona alternativas de escolha para permitir que os casais possam escolher livremente;
- (III) Mutabilidade: a opção pelo regime feita antes do casamento poderá ser livremente revista a qualquer tempo pelo casal durante a existência da sociedade conjugal, qualquer que seja o motivo e desde que disso não resulte prejuízo a terceiros.

Agora, julgue as alternativas acima em verdadeiro (V) ou falso (F) e marque a alternativa CORRETA:

- a) V, V, V;
- b) F, F, F;
- c) V, F, V;
- d) V, F, F;
- e) V, V, F.

07. Sobre os regimes de bens no casamento, marque a alternativa CORRETA:

a) De acordo com o regime da comunhão parcial, resumidamente: no direito empresarial, os cônjuges NÃO podem contratar sociedade entre si e com terceiros; no direito sucessório, o cônjuge receberá a metade dos bens comuns, concorrendo com os descendentes apenas com relação aos bens particulares.

b) De acordo com o regime da comunhão universal, resumidamente: no direito empresarial, os cônjuges NÃO podem contratar sociedade entre si e com terceiros; no direito sucessório, o cônjuge receberá a metade dos bens comuns, concorrendo com os descendentes apenas com relação aos bens particulares.

c) De acordo com o regime da separação convencional, resumidamente: no direito empresarial, NÃO se admite a contratação de sociedade entre os cônjuges e com terceiros; no direito sucessório, o cônjuge recebe a meação, portanto não concorre com os descendentes no patrimônio do falecido.

d) De acordo com o regime da separação obrigatória, comunicam-se os bens adquiridos na constância do casamento, mesmo que não sejam produto do esforço comum.

e) No regime da participação final nos aquestos, resumidamente: a administração de cada patrimônio cabe exclusivamente a cada um dos cônjuges e os atos de alienação de imóveis NÃO dependem de vênua conjugal.

08. Sobre os defeitos do negócio jurídico, marque a alternativa ERRADA:

a) O falso motivo só vicia o negócio quando for expresso como razão determinante.

b) Considera-se o negócio jurídico eivado do vício de dolo, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

c) O negócio jurídico simulado é nulo.

d) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

e) O estado de perigo exige, para sua configuração, o dolo de aproveitamento.

09. De acordo com as Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), a obrigatoriedade da lei nacional, quando admitida, tem início depois de:

- a) três meses depois de oficialmente publicada.
- b) três meses depois de oficialmente sancionada.
- c) 45 dias depois de oficialmente publicada.
- d) 45 dias depois de oficialmente sancionada.
- e) 90 dias depois de aprovada.

10. A incapacidade relativa cessa pela superação de sua causa ou pela emancipação. A emancipação voluntária será:

- a) concedida por quaisquer dos genitores, por instrumento público ou particular.
- b) concedida pelos genitores, mas dependerá sempre de homologação judicial.
- c) concedida ao maior de 16 anos e não dependerá de homologação.
- d) poderá ser concedida pelos genitores ao maior de 12 anos.
- e) concedida ao maior de 16 anos, se ele apresentar economia própria.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Eduardo Calvert

11. Sobre a jurisdição e o modelo processual civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Jurisdição é função do Estado, destinada à solução imperativa de conflitos e exercida mediante a atuação da vontade do direito em casos concretos e é exercida de forma exclusiva pelos órgãos do Poder Judiciário.
- b) A jurisdição pode ser definida também como uma atividade, sob o ponto de vista de seu exercício por meio do processo, formado pelo complexo de atos praticados pelo juiz.
- c) A jurisdição também é exercida pelos árbitros, nos limites da lei de regência do procedimento arbitral, limitando-se, no entanto, ao processo de conhecimento e à execução das medidas de urgência, jamais se projetando sobre a execução.
- d) O processo civil brasileiro adota a teoria eclética da ação, a qual reconhece que o direito de ação está vinculado à existência do direito subjetivo afirmado

pelo autor e condiciona a análise de mérito dos pedidos à presença das condições da ação.

- e) O processo civil brasileiro adota as condições da ação como pressupostos de admissibilidade do julgamento de mérito, havendo previsão expressa no Código de Processo Civil a respeito desta categoria no modelo de processo adotado.

12. Analise as seguintes afirmações acerca do princípio do contraditório e sua aplicação no processo civil brasileiro:

I. A regra segundo a qual não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida admite apenas 3 (três) exceções previstas expressamente no Código de Processo Civil, sendo elas: as tutelas provisórias de urgência, todas as modalidades de tutela de evidência e as decisões proferidas no processo de execução ou na fase de cumprimento de sentença.

II. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Em razão dessa disposição, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.

III. Caso o juiz ou o tribunal decida com base em decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, os enunciados de súmula vinculante, acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional ou orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados, deverão dar oportunidade às partes de se manifestarem sobre o precedente anteriormente à decisão.

Estão corretas as afirmações contidas:

- a) Apenas no item II.
- b) Apenas no item III.
- c) Em todos os itens.
- d) Apenas nos itens I e III.
- e) Apenas nos itens II e III.

13. Sobre a ordem cronológica de julgamento prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, sendo excluídas desta regra apenas aquelas hipóteses previstas expressamente no Código de Processo Civil.
- b) Deve ser disponibilizada para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores a lista de processos aptos a julgamento a fim de que seja respeitada a ordem cronológica de julgamento.
- c) Após a inclusão do processo na lista de processos aptos a julgamento, o requerimento formulado pela parte altera a ordem cronológica para a decisão.
- d) O descumprimento da ordem cronológica de julgamento pelo juiz possibilita a interposição de incidente de assunção de competência pela parte prejudicada.
- e) O processo que tiver a sentença anulada ocupará o primeiro lugar na lista de processos aptos a julgamento, mesmo se houver necessidade de realização de diligência ou de complementação de instrução.

14. Sobre o cumprimento de sentença e sua disciplina no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O devedor será intimado para cumprir a sentença por carta com aviso de recebimento, quando tiver procurador constituído nos autos.
- b) Quando não tiver procurador constituído nos autos, o devedor será intimado por meio de edital.
- c) Se o requerimento do exequente para o cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia for formulado após 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação será feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos.
- d) O cumprimento de sentença far-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, em qualquer hipótese.

e) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, desde o momento do início da fase de cumprimento de sentença.

15. Riobaldo propôs demanda de natureza condenatória contra Diadorim em decorrência de danos materiais e morais que afirma sofridos em decorrência de acidente de trânsito envolvendo as partes. Segundo Riobaldo afirmou em sua petição inicial, Diadorim, conduzindo o seu veículo automotor, teria desrespeitado sinalização de parada obrigatória em cruzamento e ocasionado o acidente. A demanda foi proposta no foro de domicílio do autor. Diante dessa hipótese concreta, assinale a alternativa correta.

- a) Eventual arguição de incompetência relativa por parte de Diadorim deverá ser rejeitada.
- b) A contestação de Diadorim poderá ser protocolada no foro de seu domicílio, ainda que não alegue a incompetência, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
- c) A alegação de incompetência, relativa ou absoluta, deve ser feita por Diadorim em preliminar de contestação. A impugnação ao valor dado à causa, por meio de petição autônoma.
- d) Caso Diadorim afirme em sua contestação que Riobaldo foi o culpado pelo acidente, poderá formular pedido contraposto e requerer a condenação de Riobaldo ao pagamento dos danos sofridos.
- e) É cabível agravo de instrumento da decisão que acolher eventual arguição de incompetência relativa, mas não é cabível em relação à decisão que a rejeitar.

16. Analise as seguintes afirmações acerca da disciplina do Código de Processo Civil sobre o procedimento comum:

I. Nas causas que dispensem fase instrutória, o juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente da citação do réu, se o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, acórdão proferido por estes Tribunais Superiores em julgamento de recursos repetitivos, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência. Em relação aos enunciados de súmulas de Tribunal de Justiça, no entanto, o juiz somente poderá fundamentar a improcedência liminar do pedido em se tratando de súmula sobre direito local.

II. A possibilidade de exercício do juízo de retratação diante do recurso de apelação somente existe nas hipóteses em que o julgamento ocorrer sem resolução de mérito.

III. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. A audiência, no entanto, não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; quando não se admitir autocomposição; e quando a conciliação for improvável em razão da matéria objeto da demanda.

Estão corretas as afirmações contidas:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item III.
- c) Em nenhum item.
- d) Apenas nos itens I e III.
- e) Apenas nos itens II e III.

17. Rômulo propôs demanda contra Remo, pretendendo a declaração de nulidade de determinado negócio jurídico e a condenação do réu à restituição dos valores entregues por Rômulo a Remo em decorrência do negócio reputado nulo. Subsidiariamente, para a hipótese de

improcedência do pedido declaratório, pediu a condenação de Remo ao cumprimento da obrigação estipulada no contrato. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Entre os pedidos de declaração de nulidade do negócio jurídico e de condenação à restituição de valores existe cumulação imprópria e eventual de pedidos.
- b) O valor da causa deverá corresponder à soma do valor de todos os pedidos formulados.
- c) O valor da causa deverá corresponder ao pedido de maior valor.
- d) O valor da causa deverá corresponder ao valor do negócio jurídico somado ao valor do pedido de restituição de valores.
- e) A cumulação de pedidos, do modo como estes foram formulados, não é admissível, uma vez que o pedido de condenação de Remo ao cumprimento de obrigação é incompatível com o pedido de declaração de nulidade do negócio jurídico.

18. Analise as afirmações abaixo acerca das modalidades de intervenção de terceiros e assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de denunciação da lide feita pelo autor, o denunciado será citado primeiramente e poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- b) Na denunciação da lide, se o denunciante for vencedor na demanda principal, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, não havendo condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.
- c) O chamamento ao processo não poderá ser realizado se o chamado residir em outra comarca, seção ou subseção judiciária, a não ser que compareça espontaneamente nos autos.
- d) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação do sócio ou administrador da sociedade cuja personalidade se pretende desconsiderar.
- e) O deferimento da assistência simples depende da inexistência de impugnação das partes, a qual deve ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias.

19. Em determinada ação que tramita perante a justiça estadual e na qual litigam um Estado da Federação e um particular, a Caixa Econômica Federal manifestou-se nos autos requerendo a sua admissão como “amicus curiae”, por deter interesse institucional no precedente que poderá ser criado a partir daquela demanda específica, que trata de questão relevante e de alta repercussão social. Diante desta situação

- a) O magistrado deverá rejeitar o pedido, uma vez que esta modalidade de intervenção de terceiros não admite o seu exercício por instituição financeira.
- b) O magistrado deverá rejeitar o pedido, uma vez que esta modalidade de intervenção de terceiros não é cabível em processos de natureza individual que tramitam perante a primeira instância.
- c) O magistrado deverá acatar o pedido, uma vez que o Código de Processo Civil garante a participação do “amicus curiae” independentemente de autorização judicial.
- d) O magistrado deverá remeter o processo ao juízo federal competente, o qual deve decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da Caixa Econômica Federal.
- e) Caso o juiz rejeite o pedido de ingresso, sua decisão será irrecorrível.

20. Sobre os meios consensuais de solução dos conflitos e sua disciplina legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- b) A confidencialidade estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes, impedindo que os mediadores e conciliadores divulguem ou deponham acerca dos fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

c) A audiência de conciliação ou de mediação somente não será realizada se não for admitida a autocomposição em relação ao objeto da demanda ou se ambas as partes manifestarem expressamente o desinteresse na composição consensual.

d) O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, mas não alcança a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

e) O mediador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. Com relação à responsabilidade nas relações consumeristas, é correto afirmar:

- a) O produto não é considerado defeituoso quando se leva em consideração a época em que foi colocado em circulação.
- b) O serviço não é considerado defeituoso quando se leva em consideração o modo de seu fornecimento.
- c) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- d) O produto não é considerado defeituoso quando se leva em consideração sua apresentação.
- e) O produto não é considerado defeituoso quando se leva em consideração que outro de melhor qualidade foi colocado no mercado.

22. À luz do entendimento jurisprudencial em relação às práticas comerciais, é correto afirmar:

- a) Por possuírem CNPJ diversos e autonomia administrativa e operacional, eventual decisão contrária à matriz por atos prejudiciais a consumidores não é extensível às filiais.
- b) É abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil, ressalvados os casos de roubo, em que configura-se o fortuito externo.
- c) Caracteriza omissão ilegal a ocultação de qualidade essencial do produto, do serviço ou de suas reais condições de contratação, dentre elas, a omissão do "preço" no encarte publicitário, sem verificar os pressupostos objetivos e subjetivos da substancialidade do dado omitido.
- d) É indevida a intervenção estatal para fazer constar cláusula penal genérica contra o fornecedor de produto em contrato padrão de consumo, pois além de violar os princípios da livre iniciativa e da autonomia da vontade, a própria legislação já prevê mecanismos de punição daquele que incorre em mora.
- e) No caso de descumprimento do prazo para a entrega do imóvel, incluído o período de tolerância, não se pode presumir o prejuízo do comprador a ensejar o pagamento de indenização, na forma de aluguel mensal.

23. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá:

- a) alternativa ou cumulativamente, à sua escolha, requerer o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade.
- b) alternativamente e à escolha do fornecedor, aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.
- c) alternativamente e à sua escolha, rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.
- d) cumulativa ou alternativamente, e à escolha sua, em acordo com o fornecedor, rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente

antecipada, monetariamente atualizada, excluindo perdas e danos.

- e) alternativamente e à sua escolha, em acordo com o fornecedor, requerer o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade, com abatimento do preço.

24. Com relação aos bancos de dados e cadastros de consumidores, é correto afirmar:

- a) O consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, ressalvadas suas respectivas fontes.
- b) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
- c) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente, indicando, inclusive, se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.
- d) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, podem ainda ser fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, informações que dificultem novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
- e) Todas as informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, independentemente de solicitação do consumidor.

25. Com relação às infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) Não constitui infração penal, mas sim administrativa, a execução de serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.
- b) Tendo em vista a especial subjetividade do agente, as infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor não admitem a punição em caso de culpa.

- c) A pena pecuniária prevista para as infrações penal previstas no Código de Defesa do Consumidor será fixada em dias-multa, correspondente ao mínimo de 10 e ao máximo de 300.
- d) São circunstâncias agravantes dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor tanto o fato de serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade, como serem praticados em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais.
- e) Os crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor são todos de ação penal pública incondicionada, sendo inadmissível ação penal privada ou subsidiária.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo tempo de proteção à criança e ao adolescente, prevendo que:
- a) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, não veda que o filho busque suas origens biológicas motivado por razões econômicas.
- b) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem mediante políticas específicas, sendo vedada a participação de entidades não governamentais.
- c) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, sendo vedada para estrangeiros.
- d) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, sempre que possível e de acordo com as políticas públicas definidas, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- e) O direito à proteção especial abrangerá, por exemplo, a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola, sem garantia de direitos previdenciários em razão da idade.

27. O artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) tipifica o crime de corrupção de pessoa menor de 18 anos. Sobre o crime, é correto afirmar:

- a) Para fins de dosimetria da pena, não há distinção quanto à natureza da infração penal praticada.
- b) Só há a configuração do crime caso o agente maior de 18 anos corrompa o menor ou facilite a sua corrupção para a prática de infração penal.
- c) A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.
- d) Caso o agente maior de idade pratique infração penal junto de 2 menores de 18 anos, responde por apenas uma corrupção.
- e) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção de menores de 18 anos é classificado como crime material.

28. Nos últimos anos, ganhou força no Brasil o movimento em favor do *homeschooling* (educação domiciliar). Não há um modelo único a ser seguido, de modo que a educação poderá ser de responsabilidade exclusiva dos pais, de terceiros ou num sistema híbrido. De acordo com o Supremo Tribunal Federal:

- a) não há qualquer óbice à adoção do *homeschooling*, visto tratar-se de manifestação do dever dos pais educarem seus filhos.
- b) os pais poderão adotar o *homeschooling*, sendo-lhes assegurada previsão internacional nesse sentido, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- c) a Constituição Federal veda de forma absoluta a adoção de ensino domiciliar.

- d) atualmente, caso os pais adotem o sistema de *homeschooling*, não poderão ser responsabilizados por ausência de previsão legal nesse sentido.
- e) a Constituição não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe as espécies que não respeitem o dever de solidariedade entre família e Estado como núcleo da formação educacional.

29. A Lei 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O Sinase, como sistema nacional, veda a adesão de sistemas estaduais ou municipais.
- b) As medidas socioeducativas terão por objetivo a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas de seu ato infracional buscando, sempre que possível, a sua reparação e punição exemplar para os demais
- c) As medidas socioeducativas buscarão a integração social do adolescente, a garantia de seus direitos individuais e sociais, independentemente do seu plano individual de atendimento.
- d) Um dos objetivos das medidas socioeducativas é apresentar a desaprovação da conduta infracional por meio da efetivação das disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos.
- e) Admite-se, em decisão fundamentada, à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa.

30. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e poderá:

- a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses de violação a seus direitos por abuso dos pais, podendo determinar a sua colocação em família substituta.

- b) atender e aconselhar os pais ou responsável, podendo encaminhá-los a serviços e programas comunitários de apoio da família.
- c) promover a execução de suas decisões, prestando serviços públicos na área de serviço social.
- d) promover a execução de suas decisões, por via própria, em caso de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- e) expedir notificações, certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. Marque a alternativa incorreta:

- a) O crime de atentado ou de empreendimento é aquele que o próprio tipo penal prevê a tentativa como forma de realização do crime.
- b) Para a teoria normativa ou jurídica, o resultado é a lesão ou possibilidade de lesão a um bem jurídico tutelado pela norma penal. Deste modo, todo crime possui um resultado jurídico
- c) O crime gratuito é aquele que é aquele que é desproporcional ao resultado provocado pelo delito.
- d) Nos crimes de resultado cortado ou antecipado o agente pratica uma conduta com a intenção de causar certo resultado, mas o tipo não prevê a sua produção para a consumação do crime.
- e) O crime de perigo concreto exige que haja demonstração de que o bem jurídico efetivamente foi posto em perigo, como no caso do crime de incêndio.

32. Sobre a ilicitude, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Penal prevê apenas as causas genéricas de exclusão da ilicitude.
- b) Sobre os elementos das causas de exclusão de ilicitude, a concepção objetiva sugere que o reconhecimento de uma causa de exclusão da ilicitude reclama o reconhecimento da situação justificante pelo agente.
- c) O consentimento do ofendido se enquadra como causa suprallegal de exclusão da ilicitude.

- d) O estado de necessidade depende de uma situação de perigo caracterizada pelo conflito de interesses ilícitos, sendo solucionado com o sacrifício de um deles para a preservação do outro.
- e) Admite-se em nosso ordenamento a legítima defesa recíproca.

33. Segundo entendimento dos tribunais superiores, está correta a seguinte assertiva:

- a) O delito previsto no artigo 310 do Código de Trânsito Brasileiro qualificado como crime de perigo abstrato.
- b) O crime de falso testemunho é de natureza material, ou seja, exige a produção do resultado naturalístico no caso concreto.
- c) Os crimes de furto e roubo consumam-se com a apreensão da coisa pelo agente, desde que ele tenha a posse mansa e pacífica sobre a res.
- d) O preso que serra as grades da cela para empreender fuga comete o crime de dano qualificado.
- e) O falso não é absorvido pelo estelionato, considerando que a pena privativa de liberdade do primeiro é maior do que a do último.

34. Sobre os crimes em espécie, assinale a alternativa incorreta.

- a) No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.
- b) É crime contra a economia popular destruir ou inutilizar, intencionalmente e sem autorização legal, com o fim de determinar baixa de preços, em proveito próprio ou de terceiros, matérias-primas ou produtos necessários ao consumo do povo.
- c) O crime previsto no artigo 24-A da Lei nº 11.340/06 (Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei), para sua configuração, depende da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

- d) Não se aplica o princípio da consunção quando os delitos de posse ilegal de arma de fogo e disparo de arma em via pública são praticados em momentos diversos e em contextos distintos.
- e) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

35. Com relação à Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta que condiz com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e para afastar a redução prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06, sob pena de caracterizar bis in idem.
- b) O juiz pode fixar regime inicial mais gravoso do que aquele relacionado unicamente com o quantum da pena ao considerar a natureza ou a quantidade da droga.
- c) A causa de aumento de pena prevista no inciso III do art. 40 da Lei de Drogas possui natureza objetiva e se aplica em função do lugar do cometimento do delito, sendo despicienda a comprovação efetiva do tráfico nos locais e nas imediações mencionados no inciso ou que o crime visava a atingir seus frequentadores.
- d) É possível a concessão de liberdade provisória nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes.
- e) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei nº 11.343/06) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.

36. No ano de 2019, DAVI foi condenado como incurso nas iras do artigo 157, caput, do Código Penal. O roubo foi praticado contra uma vítima que tinha 60 (sessenta) anos de idade. DAVI confessou parcialmente a prática do fato delituoso, afirmando que não utilizou de violência ou grave ameaça para subtrair o bem. Em sua fundamentação, o magistrado não considerou esta confissão no momento da condenação, amparando-se exclusivamente na prova testemunhal. DAVI possuía uma condenação transitada em julgado por crime praticado em 2010, cuja pena não foi integralmente cumprida. Nestas circunstâncias, em conformidade com a legislação e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) DAVI fará jus à atenuante da confissão, mas também incidirá a agravante da reincidência, razão pela qual ambas se compensarão.
- b) DAVI terá a pena agravada por ter praticado o crime contra vítima maior de 60 (anos) e fará jus à atenuante da confissão, preponderando a atenuante em relação à agravante, conforme art. 67 do Código Penal.
- c) DAVI terá a pena agravada por ter praticado o crime contra vítima maior de 60 (anos), mas não pode ser considerado reincidente, considerando o escoamento do período depurador.
- d) DAVI sofrerá o agravamento da pena em razão da reincidência e por ter cometido o crime contra pessoa maior de 60 anos.
- e) DAVI sofrerá o agravamento da pena em razão da reincidência e por ter cometido o crime contra pessoa maior de 60 anos, sendo ela atenuada pela confissão, preponderando a última sobre as demais, consoante dispõe o art. 67 do Código Penal.

37. Em determinado contexto, JOÃO, sem conhecer a finalidade de PEDRO, efetua um disparo de arma de fogo contra ele, o qual, por sua vez, mirava sua arma de fogo na direção de JOSÉ. PEDRO falece em razão dos ferimentos sofridos. Neste contexto:

- a) JOÃO não responderá pelo crime de homicídio, considerando que agiu em estado de necessidade de terceiro.

- b) JOÃO não responderá pelo crime de homicídio, considerando que agiu em legítima defesa de terceiro.
- c) JOÃO responderá pelo crime de homicídio consumado.
- d) JOSÉ e JOÃO responderão, em concurso, pelo crime de homicídio tentado.
- e) JOÃO não responderá pelo crime, levando em consideração a inexigibilidade de conduta diversa.

38. Considere as assertivas abaixo relativamente à teoria do erro.

I - Considera-se evitável o erro de proibição quando o agente atua ou se omite por não ter se informado sobre a ilicitude do fato, sendo-lhe isso possível, nas circunstâncias.

II - Em situação de erro provocado por terceiro, não se pune o provocador que agiu com negligência.

III - O legislador brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade, que trata o erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação como erro de tipo permissivo, com as mesmas consequências jurídicas do erro de tipo.

Quais são as corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

39. Em relação à sentença penal, é correto afirmar:

- a) o réu deverá ser absolvido quando não houver provas suficientes de que tenha concorrido para a infração penal ou de que o fato tenha efetivamente ocorrido.
- b) não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado com excludente de ilicitude.
- c) a absolvição impede que o réu possa interpor recurso de apelação, tendo em vista a ausência de interesse na alteração do *decisum*.
- d) ocorrendo a absolvição e interposta apelação pelo Ministério Público, não é cabível a soltura do réu preso até que seja o recurso apreciado em segunda instância.
- e) não é possível a fixação de indenização por dano moral em sentença penal condenatória.

40. A respeito das nulidades, é correto afirmar que

- a) o fato de ter contribuído com o vício não impede que a parte reclame e tenha reconhecida a nulidade de ato processual.
- b) no processo penal forma é sinônimo de garantia; assim, as nulidades devem ser declaradas mesmo que não tenham reflexos na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- c) qualquer nulidade depende da arguição pela parte interessada na primeira oportunidade a que couber falar nos autos, sob pena de preclusão.
- d) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- e) a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

41. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

- I – Compete ao Tribunal do Júri o processo e julgamento do delito de latrocínio.
- II – Tratando-se de investigado titular de foro por prerrogativa de função perante o STF, a autoridade

policial não pode proceder ao indiciamento sem prévia autorização do Ministro-Relator.

III – O processamento do chefe do Poder Executivo Estadual por crime comum depende de autorização da Assembleia Legislativa.

IV – Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

Estão corretas apenas as assertivas

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

42. No rito do Tribunal do Júri, é atribuição do juiz-presidente:

I - Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes.

II - Sancionar com a redução do tempo, até pela metade, a parte que não for técnica na explanação dos seus argumentos no debate.

III - Resolver as questões de direito suscitadas no curso do julgamento.

IV - Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I e III.
- d) III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

43. Em relação à ação penal, é correto afirmar:

- a) o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública não comporta mitigação e tem envergadura tal no processo penal que não encontra situações nas quais, havendo justa causa, a denúncia possa deixar de ser apresentada.
- b) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal ou mesmo transigir quanto ao seu objeto, tendo em vista o princípio da indisponibilidade.
- c) à ação penal privada é aplicado o princípio da indivisibilidade, impedindo que a demanda seja intentada em face de apenas um dos acusados.
- d) a ação penal privada é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- e) promovida denúncia pelo Ministério Público sem a representação do ofendido nos casos em que a lei exigir, deverá a ação ser suspensa até que a irregularidade seja sanada.

44. De acordo com o Código de Processo Penal e entendimento jurisprudencial acerca do tema,

- a) o exame de corpo de delito poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior concluído obrigatoriamente na área específica.
- b) tratando-se de perícia complexa, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- c) em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar, apenas se houver requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.
- d) segundo o STF, a condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório foi recepcionada pela Constituição de 1988.
- e) considerando a faculdade que possui o juiz de indeferir as provas consideradas irrelevantes, poderá o interrogatório do acusado ser dispensado, caso se entenda pela suficiência das provas já produzidas no curso da ação.

45. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas,

- a) deverá solicitar esclarecimentos ao *parquet*, para que promova a denúncia ou complemente as razões de arquivamento.
- b) não poderá intervir no arquivamento requerido, considerando que se trata de ato de competência do Ministério Público, cabendo apenas a homologação.
- c) poderá indeferir o arquivamento do inquérito policial, devolvendo os autos ao Ministério Público para promover a denúncia.
- d) remeterá os autos à apreciação de outro órgão do Ministério Público, que poderá oferecer a denúncia ou ainda insistir no pedido de arquivamento.
- e) fará remessa do inquérito ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento.

46. De acordo com o Código de Processo Penal, a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. A esse respeito, é correto afirmar que

- a) o ato será disciplinado pela lei vigente ao tempo de sua realização, ainda que seja prejudicial ao acusado.
- b) se o crime for praticado durante a vigência da lei anterior, a nova norma deverá retroagir, de modo a alcançar os atos anteriormente praticados.
- c) em se tratando de lei de natureza processual, considera-se a data do recebimento da denúncia para sua aplicação na ação penal correspondente.
- d) o ato será disciplinado pela lei vigente ao tempo de sua realização, desde que nova norma não seja prejudicial ao acusado.
- e) os atos praticados sob a vigência da lei anterior devem ser revistos em benefício do réu.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

47. Alessandro foi condenado a 7 (sete) anos de reclusão em regime semiaberto. Ao ingressar no sistema prisional, o juiz da execução decidiu mantê-lo em estabelecimento prisional específico para regime fechado, durante meses. De acordo com a Lei de Execução Penal, nas hipóteses em que sejam verificadas a exigência de que o sentenciado cumpra pena além dos exatos limites fixados no acórdão condenatório com trânsito em julgado, deverá ser instaurado:

- a) incidente de conversão da pena para restituir a situação original.
- b) incidente administrativo contra o diretor do presídio que foi conivente com o juiz da execução.
- c) formalizar um pedido de graça presidencial com lastro na injustiça em andamento.
- d) incidente de excesso ou desvio de execução.
- e) requerimento de progressão para o regime correto.

48. Em investigação direta feita pelo Ministério Público Federal, o procurador de justiça toma conhecimento de lavagem de dinheiro feita por uma associação criminosa na sede de sua competência funcional. Como o magistrado competente estava de férias, invade um estabelecimento de madrugada em "planta" um dispositivo que capta sons e imagens na sala de reuniões do local. Após duas semanas de captação ambiental, confirma as suas suspeitas de que o diretor da empresa é o líder da associação criminosa. Ciente de que o representante do *Parquet* agiu sem autorização judicial, é correto afirmar que o procurador

- a) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida e as férias do magistrado.
- b) incorreu no crime previsto no artigo 10-A da Lei das interceptações (Lei 9.296/96).
- c) agiu corretamente, considerando que a captação ambiental passou a ser um meio lícito de obtenção de provas pela Lei 13.964 (pacote anticrime).
- d) não agiu corretamente, porque a captação ambiental só pode ser realizada incidentalmente na ação penal.

e) não agiu corretamente, porque a investigação criminal feita diretamente pelo Ministério Público, sem a participação da polícia judiciária, não possui previsão legal para a utilização desse meio de obtenção de prova.

49. A Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, apresenta o afastamento de dois institutos processuais para o autor do fato definido como infração penal de menor potencial ofensivo que se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal ao ser notificado. A questão está se referindo a

- a) prisão em flagrante e devolução dos bens apreendidos até a confirmação de sua ilicitude após o trânsito em julgado.
- b) prisão temporária e fiança.
- c) prisão preventiva e fiança.
- d) prisão temporária e bloqueio de bens.
- e) prisão em flagrante e fiança.

50. A prisão temporária é cabível em hipóteses taxativas expressas em duas leis - Lei 7.960 e Lei 8072. Qual das alternativas abaixo apresenta um delito que está expresso nos dois diplomas legislativos mencionados:

- a) a corrupção passiva (CP, art. 317).
- b) a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (CP, art. 273).
- c) a concussão (CP, art. 316).
- d) o contrabando (CP, art. 334).
- e) genocídio, em todas as suas modalidades (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956).

51. Evandro, pessoa sem controle emocional, resolve efetuar disparos de arma de fogo em direção à via pública para diminuir sua raiva diante do sucesso de seu concorrente. A respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

- a) continua inafiançável nos termos da letra da lei e de perigo abstrato.
- b) se trata de crime comum e de perigo abstrato.

- c) se trata de crime comum, afiançável e com vítima certa e determinada.
- d) é crime de mão-própria.
- e) é inafiançável, porém de perigo concreto.

52. O Delegado de Polícia, após ser pessoalmente informado que um dos presos que está na carceragem do distrito policial foi vítima de situação de flagrante forjado. Mesmo assim, para proteger seus colegas que armaram o flagrante ilegal, beneficiando-os, arriscando a sua primariedade, decide impedir a entrevista reservada e pessoal do preso com o seu advogado. Diante dessa situação, é correto afirmar que o Delegado

- a) cometeu crime de abuso de autoridade, sujeitando o autor apenas à sanção civil para indenizar o preso.
- b) cometeu ato de abuso de autoridade, recebendo medida administrativa apenas.
- c) não cometeu de abuso de autoridade, pois a ilegalidade da prisão não foi por ele praticada.
- d) não cometeu abuso de autoridade, pois beneficiar a terceiro não faz parte dos dolos específicos da lei.
- e) cometeu crime abuso de autoridade, sujeitando o criminoso a pena privativa de liberdade que não admite o regime inicial fechado.

53. Angélica, vulgo "Faísca", com dolo de lesionar, desfere dezenas de socos em sua vizinha Fátima pelo fato de ter ouvido música alta a madrugada toda. As agressões acabam levando a vítima a óbito. Chocada por ter tirado a vida da vizinha, sem nenhuma intenção de fazê-lo, telefona para a polícia e confessa as agressões. Sabendo que Fátima era esposa de policial civil, responda

- a) Angélica, apesar de ter praticado lesão corporal seguida de morte, praticou crime hediondo já que a vítima era casada com policial.
- b) Angélica não praticou crime hediondo, pois o vínculo conjugal de Fátima com um policial não motivou as lesões corporais.
- c) Por ser a vítima esposa de policial, a lesão corporal seguida de morte se caracteriza como crime hediondo.

- d) Angélica deverá ser julgada pelo rito especial do júri, pois a condição de esposa de policial altera o elemento subjetivo do tipo para dolo eventual.
- e) Angélica praticou crime preterdoloso contra esposa de policial e só poderá progredir de regime com 70% da pena, por força do resultado morte.

54. Os crimes resultantes de discriminação ou preconceito NÃO atentam contra:

- a) a procedência nacional.
- b) a raça social.
- c) o posicionamento político.
- d) a etnia.
- e) a religião.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Jean Vilbert

55. Com relação às dimensões da reserva do possível, podemos afirmar:

- a) A possibilidade fática é a existência de previsão orçamentária, dentro da respectiva esfera de competência do ente.
- b) A possibilidade jurídica assenta se é razoável ou não exigir do Estado a prestação pretendida.
- c) A razoabilidade da exigência questiona a disponibilidade de recursos necessários à satisfação do direito prestacional.
- d) A proporcionalidade da prestação vincula-se à exigência de proporção percentual entre o custo da prestação pretendida e o orçamento da área para o respectivo ano.
- e) Se for o caso, cabe ao Estado demonstrar, de forma clara e precisa, que a prestação, uma vez universalizada, não teria como ser atendida.

56. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (CF, art. 5º, inciso XXXVI). Trata-se de construção constitucional, sim, mas também de princípio geral do direito. O que acontece especificamente com relação ao direito adquirido e o ato jurídico perfeito no caso do advento de uma nova Constituição:

- a) O direito adquirido e o ato jurídico perfeito devem ser sempre respeitados, mesmo no caso de uma nova Constituição.
- b) Podem ser alegados apenas como exceção, em via judicial, mas não no âmbito administrativo.
- c) Contra o Poder Constituinte Originário não cabe exceção de direito adquirido ou ato jurídico perfeito.
- d) Adota-se a retroatividade máxima como regra, em respeito à estabilidade das relações no tempo.
- e) Em regra, contra o Poder Constituinte Originário não cabe alegar direito adquirido ou ato jurídico perfeito, mas é possível sua utilização com exceção circunstancial.

57. Quanto ao desenvolvimento histórico do Direito Constitucional, marque a opção INCORRETA:

- a) É possível indicar os hebreus como uma das primeiras experiências constitucionais da história.
- b) Os ingleses foram responsáveis por questionar o paradigma do rei como entidade ilimitada.
- c) O constitucionalismo clássico inicia no século XVII e vai até a Segunda Guerra Mundial.
- d) A crise econômica que se instalou após a guerra levou é considerada uma causa importante para o surgimento do constitucionalismo social.
- e) O constitucionalismo contemporâneo é responsável pela rematerialização constitucional.

58. Quanto ao tema da evolução histórica dos direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os direitos fundamentais de primeira dimensão se desenvolveram especialmente como decorrência das Revoluções francesa e americana, embora alguns autores os citem como já documentados em textos da revolução inglesa.

b) Os direitos de segunda dimensão ligam-se aos ideais de solidariedade e fraternidade que surgiram após a Segunda Guerra Mundial.

c) Os direitos de sociais, econômicos e culturais avançaram ao final da Primeira Guerra Mundial e se desenvolveram no Brasil especialmente na Constituição de 1934.

d) Paulo Bonavides traça uma quarta dimensão de direitos, que seriam aqueles vinculados à democracia, à informação, ao pluralismo, ao passo que Norberto Bobbio, ao também se referir a uma quarta dimensão de direitos, assenta os direitos relativos à biotecnologia e ao patrimônio genético.

e) A terceira dimensão de direitos se liga a questões que vão além do indivíduo ou mesmo de grupos, como ocorre com o direito ao meio ambiente saudável e direito à autodeterminação dos povos.

59. Sobre a história do controle de constitucionalidade no Brasil, marque a opção CORRETA:

a) A Constituição Imperial de 1824 já previa controle de constitucionalidade.

b) A Constituição Republicana de 1891 previu exclusivamente o controle concentrado de constitucionalidade.

c) A Constituição de 1934 previu o Mandado de Segurança como instrumento de controle de constitucionalidade.

d) A Emenda Constitucional nº 16/1965 alterou a Constituição de 1946 para estabelecer a representação de inconstitucionalidade, de legitimidade exclusiva do Presidente da República.

e) A Constituição de 1935 foi a responsável por ampliar a representação interventiva do Procurador Geral da República como mecanismo de interpretação das leis.

60. Sobre o controle difuso de constitucionalidade é CORRETO afirmar:

- a) É de competência de qualquer órgão do Judiciário, exceto os órgãos fracionários dos tribunais, em razão do artigo 97 da Constituição Federal.
- b) Qualquer pessoa que tenha um direito subjetivo violado por ato incompatível com a Constituição Federal poderá provocar o controle.
- c) Qualquer norma formalmente constitucional, desde que vigente à época do pedido, poderá servir de parâmetro.
- d) O objeto do pedido pode ser lei, resolução, portaria, mas não um contrato.
- e) Os efeitos da decisão são *inter partes* e *ex nunc*.

61. A Constituição Federal poderá ser emendada:

- a) por proposta de um sexto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal
- b) via projeto do Presidente da República ou de Governador do Estado.
- c) mesmo na vigência de intervenção federal, embora não o possa ser no estado de defesa ou de estado de sítio.
- d) se aprovada por três quintos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em dois turnos de votação em cada Casa.
- e) mediante provocação de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

62. Com relação aos direitos e deveres dos magistrados, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a garantia à população da imparcialidade é estabelecida pelo artigo 95, parágrafo único, da Constituição Federal sob a forma de direitos aos juízes.
- b) o Conselho Nacional de Justiça não pode instituir vedações e restrições aos juízes, além daquelas já estabelecidas pelo artigo 95, parágrafo único, da Constituição Federal.

c) os direitos e deveres dos magistrados estão integralmente disciplinados pelo artigo 95 da Constituição Federal, havendo legislação pré-constituição que foi recepcionada a regular a matéria.

d) o juiz tem direito à irredutibilidade material de sua remuneração, de modo que sua remuneração não pode ser reduzida faticamente pela ausência de reajuste, corroída pelo processo inflacionário.

e) as penas de advertência e censura são aplicáveis por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, e as de remoção, disponibilidade e aposentadoria, apenas pelo voto da maioria absoluta daquele.

63. Trata-se de competência PRIVATIVA de União legislar sobre:

- a) Direito Tributário.
- b) Direito Penitenciário.
- c) Direito Econômico
- d) Direito Agrário.
- e) Direito Financeiro.

64. Quando à análise das normas constitucionais é CORRETO afirmar que:

- a) Validade é o efeito da produção correta da norma sob o aspecto formal.
- b) Vigência é a aptidão para produzir efeitos jurídicos.
- c) Eficácia é a existência no ordenamento.
- d) Efetividade é a possibilidade de produção concreta de efeitos na órbita social.
- e) Aplicabilidade é a eficácia dependente de outra norma.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

65. Sobre a composição do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que:

- a) é integrado por 7 membros, sendo 2 Ministros do Supremo Tribunal Federal, 2 Ministros do Superior Tribunal de Justiça, 2 advogados e 1 membro do Ministério Público Federal.
- b) o membro do Ministério Público que integra o Tribunal Regional Eleitoral na qualidade de magistrado eleitoral fica impedido de exercer as funções ministeriais durante o período de judicatura e até dois anos após o término do mandato.
- c) é integrado por 7 membros, sendo 3 Ministros do Supremo Tribunal Federal, 2 Ministros do Superior Tribunal de Justiça e 2 advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) é integrado por 7 membros, sendo 3 Ministros do Supremo Tribunal Federal, 2 Ministros do Superior Tribunal de Justiça e 2 advogados indicados pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República.
- e) é integrado por 7 membros, sendo 3 Ministros do Supremo Tribunal Federal, 2 Ministros do Superior Tribunal de Justiça e 2 advogados, sendo que o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal, bem como o Corregedor Geral Eleitoral, devem ser escolhidos dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

66. Acerca das condições de elegibilidade, é correto afirmar que:

- a) A aferição das condições de elegibilidade deve ser realizada até a data da eleição.
- b) Ser brasileiro nato constitui condição de elegibilidade para o cargo de governador de estado.
- c) o pleno exercício dos direitos políticos é condição de elegibilidade.
- d) A idade mínima exigida dos candidatos a vereador deverá ser verificada tendo como referência a data da posse.

e) é pacífico o entendimento de que a exigência de filiação partidária como condição de elegibilidade não viola o Pacto de San José de Costa Rica.

67. Acerca do direito de candidatura e das inelegibilidades, é correto afirmar que:

- a) Condições de elegibilidade e inelegibilidades são expressões sinônimas, não apresentando diferenciação.
- b) As hipóteses de inelegibilidade, por representarem restrições ao direito de candidatura, estão previstas exhaustivamente na Constituição
- c) São inelegíveis os estrangeiros e todos os militares em atividade.
- d) Os analfabetos são inelegíveis e inalistáveis
- e) A noção de alfabetização para fins eleitorais é mais ampla do que a noção tradicional, devendo a aferição da alfabetização ser feita de maneira mais branda, com menos rigor, de modo que se o candidato possuir capacidade mínima de escrita e leitura, ainda que de forma rudimentar, não poderá ser considerado analfabeto para fins de incidência da inelegibilidade.

68. Acerca da cota de gênero no registro de candidatura para as eleições proporcionais, é correto afirmar:

- a) A quantidade de candidaturas femininas registradas por um partido não impacta na quantidade de candidaturas masculinas registradas pelo partido, eis que as candidaturas não são vinculadas por sexo.
- b) Da quantidade de candidatos que podem ser registrados pelos partidos, os partidos devem registrar no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo.
- c) A candidatura feminina formalmente registrada na justiça eleitoral que, em verdade, não representa candidatura alguma, pois a “suposta candidata”, apesar de registrada como se candidata fosse, não disputa efetivamente o pleito eleitoral, configura fraude na cota de gênero.

- d) A fraude na cota de gênero somente pode ser discutida por meio de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, não podendo ser objeto de discussão por meio de Ação de Investigação Judiciária Eleitoral.
- e) Na ação que apure a existência de fraude na cota de gênero os dirigentes partidários devem integrar a lide como litisconsórcios passivos necessários.

69. Acerca do abuso de poder econômico durante o período pré-eleitoral, é correto afirmar que:

- a) A prática de abuso de poder econômico se restringe a atos praticados durante o período eleitoral, não abrangendo os atos do período pré-eleitoral.
- b) Para a configuração do abuso de poder econômico é necessário que os gastos eleitorais e os atos de propaganda sejam ilícitos.
- c) Condutas que não configuram propaganda antecipada não podem configurar abuso de poder econômico.
- d) É possível que condutas que não configuram propaganda antecipada configurem abuso de poder quando presentes os seguintes elementos: a) os meios utilizados ultrapassam o limite do razoável; b) as condutas sejam reiteradas; c) os custos, a capilaridade, a abrangência e o período de exposição sejam expressivos.
- e) A prática de abuso de poder econômico em período pré-eleitoral pode ocasionar para o candidato beneficiado a imposição de multa e de inelegibilidade, mas não ocasiona a cassação do registro ou diploma.

70. Sobre a criação e registro de partidos políticos, é correto afirmar:

- a) é livre a criação de partidos políticos cuja criação seja previamente aprovada pelo Congresso Nacional.
- b) partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- c) partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, após o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

- d) para fundação de um partido político se exige pelo menos 101 fundadores, com domicílio eleitoral em pelo menos 1/3 dos Estados.
- e) o requerimento de registro civil de um partido deve ser dirigido ao cartório de registro civil competente situado na Capital Federal

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito das empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI).

- a) O nome empresarial deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.
- b) A participação do empresário em outra EIRELI é permitida, sendo a ele, entretanto, vedada a participação em outras espécies societárias.
- c) A formação dessas empresas poderá ser resultado da concentração de quotas de outra modalidade societária na pessoa de um único sócio.
- d) As regras previstas para as sociedades em comandita simples serão aplicadas às EIRELI, no que couber.
- e) A constituição de tais empresas exige um capital social integralizado, com valor máximo de quarenta salários mínimos.

72. O artigo 966 do Código Civil define como empresário aquele que exerce

- a) atividade profissional organizada com a finalidade de produção ou circulação de bens ou de serviços.
- b) atividade profissional econômica organizada com a finalidade de produção ou circulação de bens ou de serviços.
- c) atividade eventual econômica, organizada com a finalidade de circulação de bens ou serviços.
- d) atividade eventual econômica não organizada com a finalidade de produção e circulação de bens ou de serviços.
- e) atividade profissional econômica organizada com a finalidade de produção e circulação de bens ou de serviços.

73. Sobre a disciplina jurídica da atividade empresarial no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A definição de empresa pelo Código Civil adota seu perfil subjetivo, como sujeito de direitos.
- b) O exercício de atividade empresarial por sociedade não inscrita no registro de empresas implica a ineficácia dos negócios celebrados em relação à própria sociedade e a terceiros.
- c) A participação de uma mesma pessoa como sócia em mais de uma Empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) pode caracterizar a formação de grupo econômico.
- d) Pessoa que desempenhe atividade rural e esteja matriculada no registro de empresa pode requerer recuperação judicial.
- e) O tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte não as dispensa da publicação dos atos societários, ainda que de forma resumida.

74. Um grupo de amigos constituiu uma sociedade limitada para exploração da atividade de organização de festas de casamento. O capital social dessa espécie de sociedade

- a) divide-se em quotas, que poderão ser desiguais.
- b) divide-se em ações, que poderão ser ordinárias ou preferenciais.
- c) poderá ser integralizado mediante a prestação de serviços.
- d) divide-se em ações ou quotas.
- e) divide-se em quotas, que não admitem condomínio.

75. Segundo a Lei das Sociedades por Ações (Lei no 6.404/1976), a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao patrimônio da companhia, compete

- a) à própria companhia, podendo sua propositura ser deliberada em assembleia geral ordinária, mesmo que a matéria não esteja prevista na ordem do dia.
- b) a qualquer acionista, independentemente da sua participação no capital social, caso assembleia geral não aprove sua propositura pela companhia.

- c) aos acionistas, desde que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social, se ela não for proposta no prazo de três meses da deliberação da assembleia geral que a houver aprovado.
- d) exclusivamente à própria companhia, só podendo ser deliberada em assembleia geral extraordinária convocada especificamente para essa finalidade.
- e) à própria companhia e aos acionistas, de forma concorrente, mediante prévia autorização do Conselho Fiscal, se houver.

76. A oposição de cláusula proibitiva de endosso no título de crédito é considerada pelo Código Civil como

- a) nula de pleno direito.
- b) não escrita.
- c) anulável.
- d) válida, se aceita expressamente pelo tomador.
- e) inexistente, se dada no anverso do título.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério da Cunha

77. Assinale a opção que reflita um causa de exclusão do crédito tributário:

- a) remissão
- b) parcelamento
- c) anistia
- d) moratória
- e) compensação

78. “Denominado de _____, significa que o produto correspondente à arrecadação não será receita integrante do orçamento fiscal do Estado, mas será orçado e administrado de forma descentralizada.” (Baleeiro, Aliomar, Derzi, Misabel Abreu Machado Direito tributário brasileiro,. – 14. ed., rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, P. 202). Assinale a alternativa que responde o espaço em branco.

- a) extrafiscalidade
- b) sujeição ativa auxiliar
- c) seletividade

- d) não-cumulatividade
- e) parafiscalidade

79. A respeito do contencioso judicial tributário assinale a opção correta

- a) O mandado de segurança constitui ação adequada para declarar o direito à compensação tributária, e para convalidar compensação já realizada pelo contribuinte.
- b) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.
- c) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até o trânsito em julgado da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- d) Em ações de execução fiscal, a petição inicial pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- e) Não cabe exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.

80. Sobre o regime constitucional das imunidades assinale a opção **incorreta**:

- a) Os requisitos para o gozo de imunidade não de estar previstos em lei complementar.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em que a empresa não age em regime de monopólio, não estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- c) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.
- d) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do

beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

- e) A imunidade tributária prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal abrange a contribuição para o PIS.

81. Sobre o regime constitucional e legal das taxas assinale a alternativa correta:

- a) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- b) A taxa cobrada em razão dos serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos não ofende o art. 145, II, da Constituição Federal.
- c) É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivada a fiscalização ao contribuinte específico.
- d) É constitucional a cobrança de taxa, espécie tributária, pelo uso de espaços públicos dos municípios por concessionárias prestadoras do serviço público de fornecimento de energia elétrica.
- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

82. Sobre a responsabilidade tributária assinale a alternativa correta

- a) A responsabilidade tributária pressupõe duas normas autônomas: a regra matriz de incidência tributária e a regra matriz de responsabilidade tributária, cada uma com seu pressuposto de fato e seus sujeitos próprios.
- b) As hipóteses de responsabilidade tributária regulada pelo Código Tributário Nacional podem ser alteradas por lei ordinária.
- c) Não é devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo da operação for inferior à presumida.
- d) a interrupção da prescrição tributária operada contra um dos obrigados, não prejudica aos demais.

e) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data de encerramento do inventário.

83. Sobre o regime constitucional e legal do ICMS- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, assinale a alternativa correta:

- a) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- b) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares não constitui fato gerador do ICMS.
- c) O ICMS incide na gravação e distribuição de filmes e videoteipes.
- d) O ICMS incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.
- e) É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda.

DIREITO AMBIENTAL

Rodrigo Assumpção

84. O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública pleiteando a declaração de nulidade de licenciamento ambiental, argumentando que não foi realizado Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo Relatório (EIA-RIMA), bem como que não foi realizada audiência pública. Com base na narrativa, assinale a alternativa correta.

- a) O magistrado deverá julgar procedente o pedido, com fundamento no fato de que a realização o EIA-RIMA é obrigatória no processo de licenciamento.
- b) O magistrado deverá julgar procedente o pedido, com fundamento no fato de que a realização da audiência pública é obrigatória no processo de licenciamento.
- c) Para que seja julgado procedente o pedido com base na obrigatoriedade da realização da audiência, deverá ser comprovada sua necessidade, ou a

solicitação de sua realização por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por cem ou mais cidadãos.

d) Para que seja julgado procedente o pedido com base na obrigatoriedade da realização do EIA-RIMA, o Ministério Público deverá comprovar sua efetiva necessidade.

e) O magistrado deverá julgar antecipadamente a lide, decretando a improcedência do pedido inicial.

85. Em relação ao processo de licenciamento, assinale a alternativa correta.

- a) Os apontamentos levantados em audiência não vinculam o órgão licenciador.
- b) A licença prévia autoriza apenas a instalação do empreendimento ou atividade, a ser realizada conforme determinado no projeto aprovado, desde que cumpridas todas as condicionantes impostas.
- c) É ilegal o condicionamento ao licenciamento do empreendimento para a concessão de financiamentos.
- d) Os municípios não têm competência para a concessão de licenças ambientais, exceto na hipótese de delegação do IBAMA.
- e) Não é possível a imposição de medidas compensatórias no momento da concessão da licença prévia.

86. Unidade de Conservação referente à área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, é conceituada como:

- a) Área de Proteção Ambiental.
- b) Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
- c) Estação Ecológica.
- d) Área de Relevante Interesse Ecológico.
- e) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

87. O Ministério Público ajuizou ação civil pública para impedir a instalação de empreendimento, alegando que os estudos realizados durante o procedimento de licenciamento não foram conclusivos em relação aos possíveis danos decorrentes da atividade, existindo dúvidas sobre a gravidade da degradação ambiental decorrente da atividade. Formulou pedido liminar de suspensão do início da operação. O magistrado, em análise sumária, acolheu o pedido liminar formulado na inicial, sob o fundamento de que o equilíbrio do meio ambiente é fundamental para a vida humana, de modo que, até que seja dirimida a dúvida, mostra-se necessária a suspensão da atividade.

O fundamento utilizado pelo magistrado para o deferimento da liminar tem como base principal o princípio:

- a) Da prevenção.
- b) Da precaução.
- c) Do desenvolvimento sustentável.
- d) Do limite.
- e) Da solidariedade intergeracional.

88. O Ministério Público propôs ação civil pública, visando à reparação de danos ambientais, em face da empresa XYZ, que desenvolvia atividade causadora de dano ambiental sem o devido licenciamento, tendo incluído no polo passivo o proprietário do imóvel em que a atividade era desenvolvida, o qual apenas firmou contrato de arrendamento com a empresa XYZ, e não participava do empreendimento clandestino.

Com base na narrativa, o magistrado deverá:

- a) Reconhecer a ilegitimidade passiva do proprietário do imóvel.
- b) Julgar parcialmente procedente o pedido, condenando apenas a empresa XYZ à obrigação de reparação do dano.
- c) Julgar parcialmente procedente o pedido, condenando o proprietário do imóvel a reparar o dano, reconhecendo a subsidiariedade da sua obrigação.
- d) Julgar parcialmente procedente o pedido, reconhecendo a responsabilidade do proprietário do imóvel até o limite do contrato de arrendamento.

e) Julgar procedente o pedido, condenando os réus solidariamente à obrigação de reparação do dano.

89. O Ministério Público ofereceu denúncia em face da pessoa jurídica ABC e do seu representante legal, pela suposta prática de crime ambiental com pena de reclusão de um a três anos, e multa. Com base na narrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Caso seja julgada procedente a denúncia, será possível a aplicação em desfavor da pessoa jurídica ABC, dentre outras, da pena de interdição temporária ou permanente do estabelecimento.
- b) A responsabilização penal da pessoa jurídica afasta a responsabilidade do seu representante legal, razão pela qual deve ser excluída a responsabilidade deste.
- c) O cumprimento de sanção administrativa ou a reparação do dano em processo cível não obsta o prosseguimento da ação penal.
- d) Caso seja aplicada a pena de reclusão em seu patamar máximo em desfavor do representante legal da pessoa jurídica, ele não terá direito ao benefício da suspensão condicional da pena.
- e) Não é possível a fixação de pena de prestação de serviços à comunidade em relação à pessoa jurídica, haja vista a impossibilidade de cumprimento da sanção penal.

90. É matéria de competência legislativa privativa da União, exceto:

- a) Águas.
- b) Defesa do solo e dos recursos naturais.
- c) Jazidas.
- d) Minas.
- e) Atividades nucleares, independentemente da sua natureza.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Gustavo Arruda

91. Qual é a entidade da administração indireta que apresenta as seguintes características?

- (I) criada por lei;
 - (II) personalidade jurídica de direito público;
 - (III) capacidade de autoadministração;
 - (IV) sujeição a controle finalístico;
 - (V) especialização.
- a) Empresa pública.
 - b) Sociedade de economia mista.
 - c) Autarquia.
 - d) Órgão público.
 - e) Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

92. Quando a Administração estabelece algum tipo de parceria com uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, para fomento e execução de atividades relativas à educação na primeira infância, qualificando-a como Organização Social (OS), ela o faz mediante o seguinte instrumento:

- a) Contrato de gestão.
- b) Contrato de permissão de serviço público.
- c) Termo de parceria.
- d) Contrato de concessão de serviço público.
- e) Licitação.

93. É característica dos bens públicos.

- a) Impossibilidade de recuperação de sua posse por meio de ações possessórias
- b) Perenidade no tempo.
- c) Sujeição, sempre, integralmente, ao regime jurídico de direito público.
- d) Necessidade, sempre, de autorização legislativa para sua alienação.
- e) Imprescritibilidade

94. A Administração Pública pode, no exercício de suas atribuições, editar atos administrativos e fazê-los cumprir sem a necessidade de recurso prévio ao Judiciário. Trata-se de um dos atributos do ato administrativo, chamado de:

- a) Inafastabilidade do judiciário.
- b) Autoexecutoriedade.
- c) Presunção de legitimidade.
- d) Mérito administrativo.
- e) Cláusula exorbitante.

95. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade do Estado, com fundamento na teoria do risco administrativo, abrange os danos materiais e morais, mas não os lucros cessantes.
- b) Ao contrário das entidades da administração pública indireta, as sociedades privadas, prestadoras de serviço público por concessão ou permissão, não respondem de forma objetiva, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.
- c) São elementos da responsabilidade civil do Estado, por ato comissivo, o dano, o nexo de causalidade e a culpa do agente público causador do resultado lesivo.
- d) São cumuláveis os danos materiais e morais decorrentes de um só fato da administração.
- e) Os atos ilícitos, praticados com abuso ou excesso de poder, atraem a responsabilidade do agente público, mas não a da Administração.

96. De acordo com a Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Isso indica que a responsabilidade civil:

- a) do Estado independe da comprovação de culpa do agente.
- b) do Estado é regida pela teoria do risco integral.
- c) das pessoas jurídicas de direito público é diferente da responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público.

d) ali tratada depende da comprovação de dolo ou culpa, que podem ser anônimos, vinculados ao serviço público.

e) da Administração e das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, é subjetiva.

97. Julgue as seguintes assertivas (V) verdadeiro ou (F) falso:

(I) A indenização pelo uso dos bens alcançados pela requisição administrativa é condicionada à existência e efetiva caracterização de dano.

(II) O ressarcimento, em caso de requisição administrativa, se houver, ocorre posteriormente.

(III) A requisição administrativa não é ato autoexecutório, ou seja, sua instituição não depende de autorização judiciária ou de consentimento do particular.

(IV) A requisição administrativa, quando recai sobre móveis fungíveis, confunde-se com a desapropriação, podendo a administração imitir-se na posse do imóvel.

a) F, F, V, V.

b) V, V, F, V.

c) V, V, V, F.

d) F, V, F, F.

e) V, V, F, F.

98. Marque a alternativa INCORRETA:

a) A ocupação temporária confunde-se, por vezes com o esbulho praticado pelo Poder Público. Sua instituição é formal, decretada pelo poder público, que deve atenção aos elementos do ato administrativo. Já o esbulho é informal, omissivo em sua instituição e justificação, reparável portanto por ação possessória.

b) A extinção da ocupação decorre da conclusão da obra ou encerramento do serviço público.

c) Na ocupação provisória, em princípio, não há indenização, mas poderá haver se existir prejuízo.

d) A instituição da ocupação temporária ocorre por ato do chefe do Executivo, que deverá fixar, desde logo, se for o caso, justa indenização.

e) O ato que institui a ocupação temporária tem natureza autoexecutória, não dependendo de apreciação prévia do Poder Judiciário.

99. Sobre o regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa CORRETA:

a) Será de direito privado, pois elas exploram atividade econômica.

b) Será de direito público, pois elas integram a Administração Indireta.

c) Será de direito privado, somente quando exploram atividade econômica.

d) Será de direito público, somente quando prestem serviço público.

e) Será híbrido, parcialmente de direito público e parcialmente de direito privado, sendo predominantemente de um ou de outro, conforme prestem serviço público ou explorem atividade econômica respectivamente.

100. O motivo do ato administrativo:

a) não tem qualquer relação com a sua validade.

b) pode ser vinculado.

c) quando apresentar vício, admite convalidação.

d) se não estiver presente, determina revogação.

e) é a exposição, pormenorizada, dos fatos e do direito que justificam a prática do ato.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJAP-25-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

